



Copel Brisa Potiguar S.A.

CNPJ/MF 21.974.148/0001-05

Subsidiária Integral da Copel Renováveis S.A.

Rua Coronel Dulcídio, 800

Curitiba - PR

CEP 80420-170

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2016

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
Balancos Patrimoniais	5
Demonstrações de Resultados	5
Demonstrações de Resultados Abrangentes	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
1 Contexto Operacional.....	7
2 Base de Preparação.....	7
3 Partes Relacionadas	7
4 Capital Social	8
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AOS ACIONISTAS

A Administração da Copel Brisa Potiguar S.A., Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral da Copel Renováveis S.A. (Copel REN), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2016, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

Copel Brisa Potiguar S.A. (Brisa Potiguar), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.974.148/0001-05, com endereço na Rua Coronel Dulcídio 800, Batel, Curitiba - PR, CEP 80.420-170, foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, como SPE, em 21.01.2015.

Brisa Potiguar destina-se a promover a gestão dos empreendimentos eólicos vinculados às SPEs (i) Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A., (ii) Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A., (ii) Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A., (iv) Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A., (v) Santa Helena Energias Renováveis S.A., (vi) Santa Maria Energias Renováveis S.A. e (vii) Ventos de Santo Uriel S.A., estas subsidiárias integrais da Copel Geração e Transmissão S.A.

As SPEs que compõem o complexo eólico sob a gestão de Brisa Potiguar são detentoras de outorgas de autorização, emitidas por Portarias do Ministério de Minas e Energia, para estabelecerem-se como Produtores Independentes de Energia Elétrica - PIEs, mediante a implantação e exploração da Centrais Geradoras Eólicas que totalizam 68 Unidades Geradoras de 2.700 kW, com 183.600 kW de capacidade instalada e 98.400 kW médios de garantia física de energia, localizadas nos Municípios de Parazinho e João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 12 de abril de 2017

Pedro dos Santos Lima Guerra

Diretor Presidente

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente LUÍS GUSTAVO SOCHER
Membros ELOIR JOAKINSON JUNIOR
PEDRO DOS SANTOS LIMA GUERRA

CONSELHO FISCAL

Presidente JOÃO ALBERTO DA SILVA
Membros Titulares LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA
DEONILSON ROLDO
Membros Suplentes NORBERTO ORTIGARA
HEITOR DANTAS FILHO
RICARDO VIDINICH

DIRETORIA

Diretor Presidente PEDRO DOS SANTOS LIMA GUERRA
Diretor de Gestão JAMAR ROSSONI CLIVATTI
Diretor de Finanças EVANDRO JORGE DOMINSKI

CONTADOR

CRC-PR-048673/O-6 ADEMILSON RODRIGUES DOS SANTOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	31.12.2016	31.12.2015		31.12.2016	31.12.2015
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	-	-	NÃO CIRCULANTE		
			Partes relacionadas	NE nº 3	82
					7
					7
NÃO CIRCULANTE	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital social	NE nº 4	1
			Prejuízos acumulados		(83)
					(8)
					(7)
TOTAL DO ATIVO	-	-	TOTAL DO PASSIVO	-	-

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	31.12.2016	31.12.2015
Despesas Operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(75)	(8)
	(75)	(8)
PREJUÍZO OPERACIONAL	(75)	(8)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(75)	(8)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	31.12.2016	31.12.2015
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(75)	(8)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(75)	(8)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Integralização de capital em 21 de janeiro de 2015	1	-	1
Prejuízo do exercício	-	(8)	(8)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1	(8)	(7)
Prejuízo do exercício	-	(75)	(75)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1	(83)	(82)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

em milhares de reais

	31.12.2016	31.12.2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(75)	(8)
Prejuízo do exercício	(75)	(8)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	75	8
Integralização de capital	-	1
Originações contraídas junto a partes relacionadas	75	7
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Copel Brisa Potiguar S.A. (Companhia) com sede na rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba - PR, CEP 80420-170, constituída em 21.01.2015, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Copel Renováveis S.A. Tem como objeto social promover a gestão dos empreendimentos eólicos vinculados às seguintes sociedades de propósitos específicos – SPEs: Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A., Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A., Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A., Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A., Santa Maria Energias Renováveis S.A., Santa Helena Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santo Uriel S.A.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e suporte financeiro será por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital de sua controladora.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12.04.2017.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Partes Relacionadas

O saldo refere-se a pagamentos de gastos pré-operacionais efetuados pelas empresas sob controle comum Santa Helena Energia Renováveis S.A. e Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

4 Capital Social

O capital social integralizado, em 31.12.2016 monta a R\$ 1, composto por 1.000 ações ordinárias e sem valor nominal pertencentes à Copel Renováveis S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Copel Brisa Potiguar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Brisa Potiguar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Brisa Potiguar S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 8 de abril de 2016, sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 12 de abril de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Os membros do Conselho Fiscal da COPEL BRISA POTIGUAR S.A, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária.

Curitiba, 12 de abril de 2017

JOÃO ALBERTO DA SILVA
Presidente do Conselho

DEONILSON ROLDO
Conselheiro

HEITOR DANTAS FILHO
Conselheiro